

## CAPÍTULO XIX

### Os Militares e a Crise Política

O processo de desintegração do modelo político autoritário vigente no Brasil acelera-se dia a dia. A crise política começou há pouco mais de três anos. Há um ano tornou-se patente que a ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal era o fato novo a determinar o colapso da aliança política estabelecida em 1964. No primeiro semestre de 1978, ultrapassados os episódios constrangedores da escolha do novo presidente e dos novos governadores, vai-se tornando claro que uma profunda cisão e uma crescente decepção estão ocorrendo no seio da própria tecnoburocracia estatal, inclusive em seu setor militar.

Até há pouco tempo era ainda possível falar em unidade da tecnoburocracia militar. O setor civil da tecnoburocracia estatal há tempo vinha refletindo as contradições e insatisfações da burguesia com o sistema ditatorial vigente. Um alto funcionário do Governo brasileiro, que pensou seriamente em abandonar seu posto no momento do "pacote de abril", um mês depois já havia decidido permanecer no cargo, utilizando como um dos argumentos para isto a seguinte observação: "Afiml em Brasília todos são contra o Governo." Podemos não considerar inteiramente correta a afirmação, mas ela é significativa. "Todos" em Brasília são obviamente os outros altos funcionários governamentais, que por uma série

de contingências e interesses participam do Governo, mas não se sentem responsáveis pelo seu autoritarismo nem estão dispostos a dar-lhe seu apoio privado. Limitam-se às manifestações públicas estritamente necessárias.

No plano civil o Governo vai assim ficando isolado. Perde o apoio da burguesia e da própria tecnoburocracia civil. Só lhe permanecem fiéis alguns representantes da alta burguesia, que podem ainda receber favores e privilégios do Governo, e a parte da alta tecnoburocracia civil por demais comprometida com as vantagens do poder para com ele romper.

Conta ainda com o apoio dos políticos da Arena, mas este extraordinário "maior partido do Ocidente", tão bem descrito pelo Senador Paulo Brossard, hoje pouco ou nada representa. Em 1966, quando foi criado, representava não apenas as velhas oligarquias ainda existentes, especialmente nos Estados mais atrasados, mas também a nova burguesia industrial, comercial, agrícola e financeira, a tecnoburocracia emergente nas organizações burocráticas públicas e privadas, civis e militares, as camadas médias de profissionais liberais e autônomos. Enfim, representava predominantemente a sociedade civil brasileira. E contava em seus quadros com muitos políticos conservadores mas donos de um passado político respeitável, na medida em que representavam interesses das classes dominantes e veiculavam idéias e projetos. Hoje a Arena perdeu toda a representatividade, exceto a das oligarquias decadentes e de alguns setores muito reacionários da burguesia. Os seus políticos mais representativos afastaram-se ou porque morreram, ou porque foram marginalizados, ou porque se sentiram decepcionados. E o que resta da Arena, esvaziada de homens, de idéias, de projetos, de respeito próprio, é pouco mais do que um amálgama de interesses em dividir cargos governamentais. A recente designação dos governadores deixou este fato muito claro.

O Governo isola-se assim da Sociedade Civil. Perde legitimidade. Esvazia-se politicamente. Teria, entretanto, um último mas decisivo triunfo: a unidade dos militares em torno dos ideais da Revolução de 1964.

Ora, há indicações claras de que esta unidade deixou de existir. Não é apenas o episódio das declarações do Coronel

Tarcísio que demonstra isto. Há um número enorme de outras indicações de que a insatisfação existente no seio das forças armadas com o regime autoritário é muito grande. Sem dúvida as forças armadas permanecem burocrática ou hierarquicamente sólidas. Mas a sua unidade, hoje, é só a unidade burocrática. A unidade ideológica, alcançada de forma plena em 1964, confirmada em 1968, mantida durante os anos seguintes, esvai-se hoje na medida em que a Revolução afasta-se definitivamente dos ideais de 1964 e que a burguesia retira seu apoio ao regime autoritário.

Hoje está absolutamente claro o total afastamento do Governo em relação aos propósitos da Revolução de 1964. Este movimento tinha como objetivos explícitos a democracia liberal capitalista, a moralidade pública e o desenvolvimento econômico. Combatia a subversão comunista, a corrupção e a desorganização econômica e social. Até 1968, através de marchas e contramarchas, a Revolução parecia fiel a seus objetivos. Mas em dezembro de 1968, com a edição do Ato 5, tivemos, na realidade, um golpe de Estado que, em nome da Revolução, passou, efetivamente, a negar seus objetivos. Em vez de democracia, autoritarismo; em vez de capitalismo liberal, capitalismo tecnoburocrático de Estado; em vez de estrita moralidade pública, a volta às antigas práticas de convivência e leniência com a corrupção; e o próprio desenvolvimento, que até 1973 ocorria em clima de milagre, perdeu vigor em seguida. Fica óbvio, portanto, que o regime hoje existente no Brasil foi implantado em 1968 e não 1964. Mais do que uma continuação de 1964, dezembro de 1968 é sua negação. Ambos foram movimentos conservadores e capitalistas, mas estes pontos de semelhança não são suficientes para que possam ser confundidos. Para os militares, que fizeram 1964 cheio de esperanças, a decepção com 1968 só pode ser crescente.

Por outro lado, a influência ideológica da burguesia sobre a tecnoburocracia estatal inclusive os militares é muito grande. Na medida em que a burguesia é ainda claramente a classe dominante no Brasil, ela é também a classe hegemônica do ponto de vista ideológico, já que controla a maioria dos aparelhos ideológicos da sociedade. A tecnoburocracia já possui alguma autonomia ideológica, construída em torno das

idéias de eficiência, racionalidade técnica, autoridade hierárquica, administração profissional, planejamento. Mas a ideologia dominante é ainda burguesa. Liberalismo, individualismo, espírito empresarial, liberdade democrática são ideologias burguesas sem dúvida ainda hegemônicas hoje no Brasil. Nestes termos, quando a burguesia começa a romper com o Governo ou mais amplamente com o tipo de Estado que esse Governo dirige, nesse momento é de se prever que amplos setores da tecnoburocracia também o façam. A influência da ideologia hegemônica será decisiva nesse instante.

Há muitos mitos sobre os militares no Brasil. Eles não são nem tão unidos, nem tão todo-poderosos, nem tão autoritários como muitos imaginam. E em hipótese alguma são culturalmente limitados e incompetentes como é comum ouvir-se nas conversas informais. Os militares brasileiros constituem um corpo de oficiais extremamente bem preparados. Fazem um curso superior de muito bom nível e em seguida passam por um processo de treinamento continuado durante toda a carreira. Nesse treinamento aprendem não apenas o manejo das armas e as estratégias da guerra, mas estudam a economia e a sociedade brasileira sempre com claro sentido operacional. Não foi por acaso que a Escola Superior de Guerra transformou-se no principal aparelho ideológico do Estado brasileiro. Não foi também por acaso que, quando da crise do populismo, em 1964, só os militares estavam em condições de assumir o poder no Brasil.

Os militares brasileiros possuem um profundo sentido de missão, almejam construir um país poderoso, independente e democrático, abominam o comunismo, são disciplinados e unidos em torno de seus ideais maiores. Refletem, entretanto, as contradições e incertezas da sociedade em que vivem. O autoritarismo tecnoburocrático os fascina, mas a democracia é um valor permanente para eles. Seu poder é o poder das armas, da organização e da disciplina, mas é também o poder de representar a Sociedade Civil. Quando o Governo do qual eles fazem parte deixa de representar essa Sociedade Civil e perde legitimidade, os militares também não têm mais condição de manter esse poder. Não podem fazê-lo em seu próprio nome, porque nem eles nem a tecnoburocracia estatal em seu todo são suficientemente fortes para isso. Não têm mais razão

para fazê-lo em nome da burguesia, porque esta deixou de desejá-lo. Em 1964 os militares puderam, de forma unida, assumir o poder em nome da Sociedade Civil. Surgiram então como os salvadores da democracia brasileira. Hoje, depois de tantos anos de arbítrio, em que o Governo autoritário procura sistematicamente comprometer as forças armadas brasileiras com o partido oficial, os militares sentem-se ameaçados de ser vistos como seus algozes. É óbvio, portanto, que agora se sintam perplexos e confusos, senão indignados. E à medida que isto ocorre, a crise do modelo autoritário implantado no Brasil em dezembro de 1968 se aprofunda.

*(Folha de S. Paulo, 7 de maio de 1978.)*